

2. Pressupostos teóricos

Qualquer discussão hoje que passe pela questão de representatividade histórica de algo pede, necessariamente, a explicitação do conceito, este também já historicizado, de História. Quando a História não apresenta mais um caráter totalitário, de “guardião do passado”, assim como um caráter teleológico, que encadeava passado, presente e futuro em uma relação de causalidade, motivada por determinados fins, abre-se a possibilidade para uma nova forma de concepção: “as histórias setoriais”, concebidas como partes constitutivas de uma História¹. É importante ressaltar que a crença em uma História responsável pelo passado ainda persiste nesse momento, mas não como *uma* História total, mas sim como o somatório de várias histórias setoriais, ou seja, guarda-se ainda a noção de algo uno, mas como um somatório de fragmentos. Essa nova concepção implica, por exemplo, conceber a história da literatura não mais como via de acesso a uma totalidade histórica, como forma de compreender essa totalidade, ou ainda, como reflexo dessa história, mas como parte constitutiva dessa totalidade, que se dá, agora, em nível de uma “consciência histórica”. Essa consciência é a crença no tempo como um agente inevitável e natural de mudanças no mundo cotidiano; crença institucionalizada no início da era moderna² e responsável pela permanência e mesmo fortalecimento do caráter teleológico da História. Com essa noção do tempo, a validade dos exemplos históricos começa a ser colocada em xeque, visto o válido em uma época não ter, necessariamente, de sê-lo em outra, uma vez que “os tempos mudaram”. Como lidar com o conhecimento do passado tornou-se, então, uma questão necessária. Da tentativa de se responder a tal questão, institucionalizou-se, entre o final do século XVII e o início do XVIII, a chamada “filosofia da História”, que “transformou as estruturas do conhecimento sobre o passado, de uma coleção de histórias isoladas (ou “exemplos”) para a imagem totalizante da História como um movimento que transformaria continuamente as condições estruturais da ação humana” (GUMBRECHT, 1926, pp. 460-461), ou seja, há uma mudança do foco de atenção do passado para o futuro, o homem começa a usar seu conhecimento histórico não mais para buscar

¹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. “História da literatura: Fragmento de uma totalidade desaparecida?” In: OLINTO, Heidrun Krieger (org.). *Histórias da literatura*. São Paulo: Ática, 1996, p. 223-240.

² Gumbrecht define essas demarcações da era moderna no primeiro capítulo de *Modernização dos sentidos* (1998), quando apresenta sua idéia de “cascatas de modernidade”.

exemplos a serem seguidos, mas sim para tentar “prever” o futuro, com a expectativa de torná-lo diferente do passado.

Percebe-se que o passado era, até então, concebido como algo atingível, compreensível de forma verdadeira, como realmente “tinha sido”. Essa concepção também se tornaria insuficiente com o diagnóstico do “fim da arte” de Hegel e, mais tarde, na década de 30, baseado no mesmo princípio hegeliano, no “fim da História” de Alexander Kojève.

O problema muda completamente de perspectiva quando Michel Foucault, usando o conceito de “genealogia” de Nietzsche, apresenta a tese sobre o caráter do discurso, mostrando que “as reconstruções de sistemas discursivos do passado e suas transformações não pressupõem a existência de leis que governassem esta mudança e, portanto, não pretendiam ter qualquer função de prognóstico” (Idem, p. 462). As questões apresentadas a partir de Foucault possibilitam reflexões acerca da legitimidade do texto enquanto fonte, ou seja, a certeza de se conhecer, de fato, o passado passa a ser questionada. Um dos principais nomes nesse contexto é Hayden White, que questiona a capacidade dos textos de representar a “realidade” histórica, uma vez que a escrita dos historiadores é também orientada por problemas de organização e composição discursivas, estilísticas e poéticas. Diante da constatação da impossibilidade de referência real de tais discursos, dois movimentos começam a ser observados: de um lado, o desinteresse pelo passado e de outro, o interesse em se buscar novas formas experimentais de se escrever história.

O “Novo Historicismo” americano é uma dessas práticas que se enquadram no segundo grupo acima mencionado. Como fortes leitores da prática historiográfica de Foucault, que concebia a realidade como uma constituição discursiva, esses historiadores “restringem o campo da sua pesquisa, e o campo daquilo que é possível saber sobre o passado, ao mundo dos discursos” (Ibidem, p. 464), o que engendra a concepção de “realidade” como “construção social”, a qual produz a noção da invenção da escrita historiográfica. Na impossibilidade de um discurso referencial, um discurso fictício. O passado, nesse momento, é concebido como invenção.

Hans Ulrich Gumbrecht chama a atenção para a armadilha dessa nova estratégia, que acaba gerando a crença de que, ao se escrever História, está-se fazendo História; perigo esquematizado da seguinte forma: “escrever História =

inventar realidade histórica; inventar realidade histórica = fazer realidade histórica” (Ibidem, p. 465). O problema aparece quando a subjetividade desses historiadores leva a uma eliminação da existência de uma realidade que ultrapasse essa subjetividade, assim como a eliminação do desejo de se alcançar tal realidade, o que faz com que o Novo Historicismo não difira da ficção, não podendo, portanto, tornar-se substituto para um discurso historiográfico que se pretendia referencial a um mundo real.

Não podemos negar que a questão sobre o que devemos e podemos fazer com o nosso conhecimento sobre o passado permanece, ousamos dizer, mais forte do que nunca. Principalmente pelas implicações políticas que tal prática detém. O fascínio que o passado exerce sobre nós deveria fazer-nos focar a atenção nesse “desejo básico de ‘realidade histórica’” (Ibidem, p. 466), não apenas por que tal desejo, mas principalmente, como alcançá-lo e quais as implicações dessa busca.

Trata-se, assim, do campo de atuação da escrita historiográfica, pois a forma de comunicarmo-nos com o passado passa pela forma como o escrevemos, ou seja, não são os objetos passados³ que nos falam algo, mas a forma como os “lemos”, como os “reescrevemos”.

Sob esse aspecto, é interessante a concepção de Michel de Certeau ao conceber a atividade de se pensar o passado como uma operação historiográfica, defendendo que

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), um *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de práticas “científicas” e de uma *escrita*. (CERTEAU, 1982, p. 66)

Certeau afirma que toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção político, sócio-econômico e cultural, estando, por isso, submetida a imposições ou favorecimentos que a particularizam, instalando-se os métodos que

³ Gostaria de esclarecer que utilizo o termo objeto passado para referência a tudo o que possa ser tomado como pertencente a um tempo anterior, desde utensílios e ferramentas até cartas, documentos, relatos e textos de outra natureza.

orientarão a organização dos documentos e das questões que lhe são propostas. Isto significa que

os ‘fatos históricos’ já são constituídos pela introdução de um sentido na ‘objetividade’. Eles enunciam, na linguagem da análise, escolhas que lhes são anteriores, que não resultam, pois, da observação – e que não são nem mesmo ‘verificáveis’, mas apenas ‘falsificáveis’ graças a um exame crítico. (Idem, p. 67)

Deslocando tais questões para o campo da historiografia literária, é fácil constatar que o mesmo ocorre também neste espaço, sobretudo se nos lembrarmos de que a história literária se institucionaliza como disciplina no século XIX, época de consolidação dos Estados Nações tais como os reconhecemos ainda hoje, ou seja, em um período em que a afirmação da Nação enquanto una e soberana, a fim de permitir o reconhecimento dos indivíduos enquanto cidadãos pertencentes a um mesmo *locus*, fazia-se fundamental para a consolidação dos projetos políticos e econômicos da época.

Nesse sentido, é interessante o questionamento do teórico da literatura Siegfried Schmidt no que diz respeito à escrita da história de literatura – “um projeto necessário e impossível?” –, acerca dos esforços em situar, nos últimos anos, a discussão sobre Literatura, História e História da Literatura em novas molduras referenciais que tematizam problemas de ordem epistemológica, metateórica e metodológica, além de problemas de ordem estética e política, oferecendo uma visão do caráter flutuante das soluções apontadas (Schmidt, 1996). A questão sobre a necessidade desse projeto está em sintonia com indagações sobre a importância que as construções do passado podem ter para as sociedades contemporâneas. Assim, refletir sobre os fundamentos das formas de escrita de uma historiografia literária permite conceber questões interessantes e oportunas.

Segundo o teórico Gebard Rusch, “a reflexão teórico-histórica da historiografia literária ainda não superou, essencialmente, o nível de discussões dos séculos XVIII/XIX” (RUSCH, 1996, p. 133), ainda que em relação aos conceitos histórico-filosóficos recentes, seja possível perceber avanços significativos em direção a uma concepção construtivista na tendência da historiografia (literária).

De acordo com Rush, várias influências, particularmente as várias críticas da teoria da história, da teoria da literatura e da própria história da literatura aceleraram a conscientização, nos historiadores do fenômeno literário, dos problemas existentes na prática da história literária. O texto-manifesto de Hans Robert Jauss, “A história da literatura como provocação à teoria literária”, publicado no Brasil com um atraso de quase 30 anos (Jauss, 1994, Ática), evidenciou a crise pela qual a compreensão da história da literatura passava naquele momento. Seu texto, que provocou reformulações fundamentais de ordem epistemológica, teórica e política, é considerado como texto-chave para qualquer compreensão que se queira ter dos fundamentos para novas concepções de história e história da literatura, em que impera a impraticabilidade de qualquer “objetivismo” histórico, com sua pretensão de reconstruir verdades absolutas sobre fatos históricos. Jauss propõe uma nova teoria de análise da história da literatura, apresentada sob a forma de sete teses. Essa nova teoria, situada no quadro referencial da estética da recepção e do efeito produzido, introduz conceitos relevantes, como o de *horizonte de expectativa* – conceito extremamente caro às questões colocadas pelas discussões subseqüentes, que enfatizam problemas aliados à possibilidade de se alcançar esse horizonte; às condições para esse alcance; às consequências caso esse alcance se evidencie impossível; a sua relevância; etc. –, assim como permite constatar a influência dos pressupostos subjacentes à prática de qualquer leitura passada.

Todavia, segundo Rusch, a história literária devia entender-se como “programa para ganhar nova identidade e legitimidade” e não como provocação, o que ocasionou o ganho do perfil de história social da literatura, presente em publicações até os dias de hoje. Essa questão poderia, de acordo com o autor, levar à idéia de que o enfoque sociológico na historiografia literária tenha fornecido argumentos de peso contra acusações sobre a história literária superestimar a autonomia da arte e da literatura e desconsiderar os fatos historicamente relevantes em função de seu centramento na exegese do texto. Contudo, um exame mais próximo permite perceber que a problemática tradicional, apesar de uma moldura conceitual adequada ao tempo, continua: “os problemas não foram resolvidos, mas formulados de uma outra maneira”⁴. Desse

⁴ Também é desta opinião Schmidt, que afirma ter a frase de efeito “história literária como história social” obscurecido a percepção de problemas filosóficos fundamentais ligados à escrita de

modo, problemas como a relação entre a história literária e a história geral, assim como sobre a historicidade da história literária continuam em vigor enquanto “indagação sobre a relação entre literatura, sociedade e história; sobre a relação entre mudança social e literária; sobre as formas de narrativas sócio-históricas cronologicamente agrupadas (por exemplo, no formato do livro-texto, nas histórias sociais da literatura, frequentemente em vários volumes)” (RUSCH, 1996, p. 135). Além desses, outros problemas – apesar de frequentemente tidos como insuperáveis – passam a ser abordados com mais ênfase, a saber, o problema da seletividade; da restrição à quantidade de material disponível para análise, vinculado à questão da exclusão de certos domínios; de avaliação; de canonização; de formação de gêneros; de periodização; de perspectiva e relatividade e quanto à subjetividade ou parcialidade.

Assim, ainda que esteja clara a presença do aspecto perspectivo e parcial – não somente do conhecimento histórico –, os esforços para se dar conta desses princípios através de uma subjetividade supostamente “adequada” à história continuam significativos. Basta um olhar retrospectivo sobre as tentativas da chamada Nova História e das abordagens que trabalham com teorias sistêmicas sociológicas.

Outro aspecto relevante nesta discussão diz respeito à problemática dos conceitos de *reconstrução* e *construção*. Para tentar ilustrar essa situação, o próprio Rusch apresenta uma visão geral de autores que, então, oferecem visões inovadoras. Entre eles, Plumpe e Conrady, os quais, em uma introdução à ciência da literatura, citam a proposta de W. v. Humboldt de que para se aproximar da “verdade” histórica, devem-se seguir, simultaneamente, dois caminhos: fazer um exame crítico e imparcial dos acontecimentos passados e interrelacionar os resultados com a suposição do que não pode ser alcançado por aqueles meios. Conrady chega a afirmar que a construtividade não exclui a compreensão precisa dos fatos históricos. Outro autor que trabalha com o conceito de reconstrução é R. Brinkmann, o qual afirma ser esse capaz de restabelecer uma época, produzindo uma “imagem viva” e autêntica dos fatos passados como efetivamente ocorreram. Concepção semelhante à de L. von Ranke, para quem a tarefa da ciência da

história em geral e de história da literatura em particular. Segundo ele, o que pode ter sido uma necessidade social da época (carente de uma identificação), fez com que questões aparentemente sem respostas, centradas nos *fundamentos* das escritas literárias, ficassem sem muita atenção (Schmidt, 1996, p. 102).

história é descobrir “o que na realidade aconteceu”. Rusch apropria-se dessas citações para evidenciar o fato de que enquanto a ciência da história se distancia, hoje, dessa postura, a historiografia literária mantém-se ainda presa a ela, pois não examinou de maneira crítica seu inventário, apesar de tê-lo organizado novamente.

Segundo o autor, isso se evidencia mais claramente com o fato de determinadas discussões – na ciência e na filosofia da história – terem permanecido distantes da historiografia literária nas últimas décadas. Dentre alguns nomes, podem-se citar R. G. Collingwood, que, ao adotar uma atitude pragmática em relação à historiografia, concebe o trabalho do historiador como o produtor de coerência discursiva, e não do revelador da verdade. Em sua perspectiva, não existem dados propriamente ditos – e, por conseguinte, nem autoridades –, mas fatos revelados *no* e *pelo* pensamento do historiador em uma tentativa de compreender o mundo apresentado aos seus sentidos. Outro exemplo seria W. H. Walsh, que desenvolve o conceito de “esquemas de interpretação”. Segundo ele, esses esquemas são os responsáveis pela organização de fatos dentro de novas unidades, o que faz com que a tarefa do historiador seja elaborar uma hipótese que permita evidenciar e explicar articuladamente a natureza do passado. Tal atitude gera conceitos e hipóteses baseadas exclusivamente na personalidade e no conhecimento do historiador, o que torna confusa a linha entre constituir o passado e explicá-lo. Também L. J. Goldstein e H. M. Baumgartner aparecem como nomes importantes nesta lista. Para o primeiro, não existem realidades independentes do conhecimento. Na sua concepção, tudo o que sabemos sobre o passado humano, sabemos através da aplicação de determinados métodos de investigação histórica. Como esses métodos são sempre meios cognitivo-construtivos, os referentes das afirmações historiográficas só podem existir *no* domínio da cognição, o que desqualifica o real como eixo para as reivindicações dos historiadores. Já Baumgartner concebe a história como uma organização construtiva específica de elementos, processos, acontecimentos e ações localizáveis no espaço e no tempo responsável pela produção de sentido, e não uma reprodução dos acontecimentos passados.

Assim, se aceitamos a parcialidade, a subjetividade, a relatividade e a construtividade básicas da historiografia como plausíveis na construção de uma escrita historiográfica e se tomamos tais princípios como um ponto de partida para

uma determinação crítica da historiografia, de suas condições, possibilidades e funções, poderíamos acompanhar com interesse as soluções esboçadas para os problemas-padrão da historiografia, tal como ocorre, por exemplo, no âmbito de uma filosofia construtivista do conhecimento e da ciência.

Enquanto comprometido com hipóteses construtivistas radicais, Rusch também concorda que toda atividade humana caracteriza-se por uma série de estruturas e pressupostos: “as manifestações específicas e formas de cognição humana que são formadas por esferas de parâmetros”, como, por exemplo, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Dentro dessa perspectiva, os conceitos de “passado” e de “história” apresentam-se como conceitos cujo interesse pode ser dirigido, cujas formas e modalidades – guiadas por determinados objetivos – são dependentes de fatores éticos, políticos e ideológicos, de suposições, convicções, hipóteses e teorias específicas. É essa suposição que explica o fato da maioria das pessoas, no final do século XX e crescidas em tradições européias, usarem e vivenciarem conceitos realistas de passado e de história de forma natural, como se na vida fosse de fato assim. Essas atitudes são de tal forma disseminadas – e não apenas no domínio da vida cotidiana – que nos enganam a respeito da rede de pressupostos mencionada acima, das atividades construtivistas dos homens e das funções operativas daqueles conceitos no complexo processo cognitivo humano⁵. Assim, o fato dessa superestimação da história poder ter ocorrido não fundamenta um processo histórico absoluto, mas, ao contrário, tem suas raízes “nas modalidades e conceitos cognitivos que aplicamos de modo a produzir e racionalizar essa forma de autoconsciência” (Idem, p. 143).

O ponto de partida dessas reflexões encontra-se na teoria de sistemas autopoieticos do biólogo Humberto Maturana. Sem reproduzir as peculiaridades desse tipo de sistema para que tal organização ocorra, apenas chamamos a atenção para um aspecto central do contexto em que devem ser vistas as concepções de passado, história e historiografia defendidas por Rusch.

⁵ Novamente vale lembrar a importância de se diferenciar os conceitos de observador de primeira e de segunda ordem. Somente o observador de segunda ordem, aquele que observa recursivamente, consegue atentar para o aspecto construtivo do mundo. O de primeira simplesmente vivencia sua construtividade, sem se dar conta dela. Esse, inclusive, é um dos argumentos de Schmidt contra acusações de solipsismo em sua teoria. Não se trata do sujeito isoladamente, mas do sujeito socializado.

Uma das consequências fundamentais da teoria autopoietica, se nos dermos conta de que nossa vivência das “coisas do mundo” é um “truque” da organização auto-referencial de nosso sistema nervoso, é a evidência de que não vivemos *no* mundo que percebemos e com cujos elementos “lidamos”, mas que tentamos melhorar as modalidades de nossa autopoiese e que mantemos nossa existência *como e por meio* da geração de um mundo realizado por nossas cognições, ou seja, o conhecimento da realidade absoluta, independente da cognição, inexistente para o ser humano, assim como é impossível atingir objetividade no sentido de um acesso direto sem mediação. Isso torna ainda mais imperativa a necessidade de explicitação e da tomada de responsabilidade nas escritas, pois o observador de primeira ordem não percebe esse teor construtivo enquanto experiencia algo.

Diante dessas impossibilidades, é preciso buscar estabelecer intersubjetividades fundadas no paralelismo de nossas estruturas, operações e domínios cognitivos e atentar para a formação de esferas consensuais. Face à impossibilidade de uma verdade absoluta, os métodos de verificação adotados e aplicados por nós às proposições em nossas comunidades de socialização só podem ser *paralelos*, e nossos julgamentos relativos à verdade ou falsidade dessas proposições, meramente *intersubjetivos*. Nesse sentido, a preocupação com a correspondência ou não entre o nosso conhecimento (no sentido icônico) e uma realidade absoluta não teria relevância. Ao contrário, o que, segundo Rusch, passa a ser importante é a eficiência dos vários sistemas conceituais para as nossas formas de pensar e agir, ou seja, para o modo como realizamos a nossa autopoiese.

Como nossa estrutura determina as transformações pelas quais passamos, não só a nível fisiológico, como também emocional e de nossa maneira de pensar e conceber o mundo, precisamos eleger algo como sendo *o mundo, a realidade*, para basearmos nossas mudanças de concepção.

Um fator que influencia consideravelmente a construção das concepções realistas e substancialistas do passado é o fenômeno da memória e a narração de eventos passados, entendidas como recordação.

No pensar cotidiano, existe um movimento de tentar explicar o passado pelo conceito de memória e vice-versa. Segundo Rusch, esse sistema nos impede de discernir os potenciais conflitantes pertencentes à identidade incerta do passado

e à natureza cognitiva das memórias. Apesar dessas estratégias para gerar visões coerentes do mundo e de si serem eficientes sob determinados aspectos, elas demonstram sua fragilidade quando os métodos pragmáticos para encobrir suas limitações não mais funcionam, como, por exemplo, quando a intersubjetividade das memórias precisa ser decidida em juízo.

Atualmente existem cada vez menos defensores da memória como depósito armazenador de experiências para uso futuro, o que permitia a convicção de que aprender com o passado representa progresso. Ao contrário, evidencia-se o aumento de tentativas de oferecer conceitos que permitam relacionar funcionalmente os processos de estabelecer, consolidar e ativar as estruturas cognitivas mais estáveis com o processo global da cognição, a fim de se explicar os fenômenos da memória e da recordação como atividades cognitivas. Nesse contexto, o cérebro humano, no lugar de depósito para elementos atualizáveis, apresenta-se como

uma faculdade ou poder de sintetizar memórias como um tipo específico de fenômeno da consciência no processo de percepção que, em suas formas respectivas, em sua realização emotiva, conotativa, etc. não existe em nenhum outro lugar a não ser no estado atual de consciência, e em nenhum outro tempo a não ser na hora de sua realização no sistema nervoso (Ibidem, pp. 153-154).

Assim, é a auto-estimulatividade ou auto-referencialidade do sistema nervoso que gera as memórias, acionando-as, pela atividade das estruturas neuronais, como memórias *na* consciência humana, que, como tal, dependem de sentimentos, motivações, expectativas, interesses e determinadas situações. Todo esse conjunto determina os acontecimentos atuais e o que ocorre são variações nas estruturas dos repertórios, da identidade de um conteúdo da consciência. Em suma, nesta perspectiva, contrariando convicções do senso comum, as memórias não nos fazem cientes de acontecimentos passados, elas apenas nos conscientizam das idéias assim identificadas na situação presente como expressão consciente de acontecimentos passados. Nesses termos, não parece justificável assegurarmos-nos do passado via memória. Esse passa, então, a ser definido como uma construção intelectual, através da qual buscamos organizar nossas experiências mentais e sensoriais em um sistema coerente.

A relevância dessas concepções para os estudos de historiografia se dá pelo fato de elas se correlacionarem com os chamados dados históricos. Atribui-

se, frequentemente, o papel de guardião do passado – dos fatos passados – aos arquivos e registros de atividades realizadas em outra época – ou outro grupo social – que não a nossa. Em uma perspectiva construtivista, os historiadores (literários) têm consciência de que tais dados são fornecidos “à luz de molduras teóricas de um observador específico, isto é, um sistema vivo de cognição” (SCHMIDT, 1996, p. 104). O historiador que assume textos – literários ou não – e certos tipos de registro (gravações, filmes, gravuras, pinturas em pedras etc.) como relatos do passado, sem atentar para a questão da construção do sentido ocorrer *no* indivíduo socializado, corre o risco de atribuir, equivocadamente, valores seus, de sua época, a outro grupo social como sendo pertencente a este.

Vinculando a questão da memória e dos demais registros do passado à questão da construção de um sentido, recai-se facilmente em um outro dilema, dessa vez imperativo, da historiografia (literária): que tipo de forma seria adequada para articular esses dados, construindo, assim, um sentido para quem os atualiza?

Sobre esse tema, há uma longuíssima discussão nos domínios da disciplina da História, iniciada com o grupo dos *Annales*, na França, a partir das três últimas décadas do século XX. Somente enquanto exemplo, é interessante citar a discussão engendrada pelo ensaio programático de François Furet, “Da história-narrativa à história-problema”, de 1975, no qual o autor critica a estrutura narrativa alegando que a mesma oferece uma idéia artificial de que os eventos respeitam um enredo linear, ou seja, ao “caos de acontecimentos que constituem o tecido de uma existência” (FURET, p. 81), a estrutura narrativa suplantaria uma ilusão de seqüencialidade causal, cujo sentido total só poderia ser obtido – e conseqüentemente compreendido – ao final. O narrador, nesse sentido, precisaria se localizar no final dos eventos que pretende narrar para, a partir deles, começar a “costurar” todos os eventos que o antecederam, criando, assim, a ilusão de apreensão total do fato e, principalmente, de sua compreensão, de seu sentido “verdadeiro”. Todavia, o que fazer com eventos que ainda estão ocorrendo? Cujo desfecho o historiador desconhece?

Justamente em função do saber de que o objeto de estudo do historiador é resultado de uma construção, Furet contrapõe a esse modelo narrativo, um outro por ele denominado história-problema, o qual não tem por base a pretensão de contar o que se passou, mas sim de colocar ao passado “questões seletivas”.

Temos, assim, o que ele chama de história conceitual, a qual considera superior à história-narrativa enquanto conhecimento, “porque substitui a inteligibilidade do passado em nome do futuro por elementos de explicação explicitamente formulados, porque descobre e constrói fatos históricos destinados a dar apoio à explicação proposta e alarga assim consideravelmente o domínio da história” (Idem, p. 84).

Encontra-se, nessa mesma esteira, a proposta de Peter Burke (1992), nos anos 90, de uma integração da narrativa e da análise ao se fazer historiografia. Segundo ele, tal método permite conciliar eventos particulares com mudanças estruturais. Sua proposta é que a figura do historiador se torne visível, evitando uma falsa suposição de onisciência, que dá o caráter de objetividade e imparcialidade às suas interpretações. Tal proposta engendra, todavia, a questão acerca do tipo de narrativa que deveria ser privilegiada em uma historiografia.

Como modelo de uma prática historiográfica vinculada a esses preceitos, apresenta-se a micro-história com suas micronarrativas, cujo grande representante é o historiador Giovanni Levi. Para Levi, a micro-história não só possibilita questionar o crescente relativismo, como também facilita a “volta aos eventos relacionados com a ação e o empenho de indivíduos particulares” (LÉVI, 1992, p. 142). Levi, ao propor como procedimento analítico a redução da escala observacional, permite a articulação entre duas funções básicas da narrativa, a saber, 1) tentar sinalizar o funcionamento de certos setores da sociedade – difíceis ou impossíveis de serem percebidos em uma análise quantitativa – através de relato de fatos e 2) inserir procedimentos usados na pesquisa no próprio corpo da narrativa, tais como as limitações documentais, as construções interpretativas etc. A primeira função permite constatar as inconsistências internas dos sistemas tidos como normativos enquanto que a segunda permite perceber a fragilidade da forma autoritária e onisciente da historiografia tradicional. O explicitar das atitudes do historiador – formulação de suas hipóteses, explicitação de seus pensamentos e linhas de pensamento e as próprias restrições à evidência documental – acaba envolvendo o leitor na própria argumentação histórica, o que deixa claro não ser exclusividade da narrativa a capacidade de envolver o leitor.

Percebe-se que a produção de relações de sentido está intrinsecamente articulada com o tipo de “(re)apresentação” usada em uma história (literária): narração, montagem, colagem ou técnicas literárias como princípios de

representação? Como escolher, então, os “materiais” que o historiador pretende apresentar de determinada maneira?

A tentativa de responder a tais questões leva, resumidamente, às seguintes consequências: 1) toda história (literária) prossegue de maneira seletiva e toda seleção é normativa. Dessa forma, se concordamos que é o historiador quem escolhe a forma de apresentar, como legitimar os critérios que devem ser aplicados no processo de suas escolhas materiais, estéticas e ideológicas? Pode uma história (literária) fornecer tal legitimação?; 2) a narração ocasiona uma ordem ou unidade dependente exclusivamente da atividade construtiva do historiador, de seus interesses, pressuposições, valores, competência etc., de forma que coerência, unidade, verdade, sentido histórico etc. fazem parte do modelo de história do historiador, não sendo, assim, traços inerentes à “própria história” (SCHMIDT, 1996, p. 107).

Nesse sentido, além dos critérios de plausibilidade e compatibilidade, não há nenhum motivo que seja contra ou a favor de um tipo específico de historiografia, uma vez que não há possibilidade de verificar-se ou se examinar, por exemplo, a descritividade das afirmações historiográficas. Essa impossibilidade comprova o fato do passado não se encontrar no âmbito da experiência humana (a não ser sob as condições já descritas) e de só podermos lidar com nossas construções historiográficas e realizar nossas experiências no presente. Segundo Schmidt, se nos dermos conta de que a escrita da história (de literatura) significa uma construção de relações teoricamente orientadas entre os dados para produzir modelos plausíveis e aceitáveis intersubjetivamente dos “acontecimentos passados”, perceberemos a necessidade de critérios distintos de verdade, objetividade ou fidedignidade para as escritas de histórias literárias, assim como a necessidade de diferentes funções sociais para histórias literárias das que fornecem um relato verdadeiro sobre “o que de fato ocorreu”.

Diante dessa afirmação e da constatação de Rusch acerca da impossibilidade de se inventar, testar ou desenvolver sistemas conceituais correspondentes em um contexto empírico, visto que acontecimentos e processos históricos não podem ser nem repetidos, nem reproduzidos⁶, supõem-se uma outra

⁶ Neste contexto, Claus-Michael Ort, historiador social da literatura, comenta o conceito de *empírico*. Segundo o autor, a concepção de empírico precisa ser modificada de forma a permitir a inclusão dos “dados do texto” enquanto uma “dimensão historiográfica literária adicional do

questão: pensar quais são as possibilidades científicas empíricas da historiografia. Rusch acredita que tais possibilidades fiquem restritas à “invenção de histórias a partir de objetos identificados como traços ou documentos do passado e a partir de conceitos e modelos teóricos apropriados para testar sua compatibilidade com as fontes e com outras histórias” (RUSCH, 1996, p. 158), ou seja, faz-se novamente presente a importância de modelos consensuais como única forma de examinarmos se uma história é – ou não – plausível, convincente e, sobretudo, relevante.

Dessa forma, se a historiografia deixa de ser considerada como um método de descoberta ou averiguação de fatos históricos, ou como uma ciência que descreve e explica o passado, seus problemas – perspectiva, relatividade, subjetividade, construtividade etc. – tornam-se princípios metodológicos e condição *sine qua non* de qualquer forma de historiografia. Reconhecer isso significa fornecer uma base metodológica e epistemológica para a ciência da história e dar-nos oportunidade de participar de maneira ofensiva nos debates sobre a relevância da historiografia, desde que haja uma demanda social para a história. Sendo assim, constata-se que a historiografia moderna

está *funcionalmente* unida à necessidade atual de construções historiográficas, por exemplo, a partir das condições da construção de identidade pessoal e social, das exigências de legitimar e sustentar nossas ações e do esforço para atingir visões de mundo e de si próprio coerentes. E é dessa necessidade que a historiografia tira a sua relevância e legitimidade (*Ibidem*, p. 159).

empírico”. Esses dados seriam gerados, por exemplo, através de “métodos estruturais e linguísticos de análise textual, de modo que afirmações sobre as estruturas semânticas de textos (literários)/conjuntos de textos/discursos” sejam tão “objetiváveis” e “empíricos” quanto os dados gerados por modelos teóricos de ação ou de sistemas nas ciências sociais. Contra o argumento de que tais dados poderiam permitir uma autonomização “acadêmica” ou um isolamento “histórico-discursivo” dos dados textuais, Ort afirma ser razoável “interpretar (certas) estruturas semânticas de um conjunto diacrônico de textos (p. ex., de um certo gênero) como *consequências da ação comunicativa, coletiva* – dos quais nem sempre os agentes precisam estar conscientes”. O termo coletivo, neste contexto, apesar de implicar um alto nível de abstração, não aponta para estruturas independentes dos agentes, mas partilhadas (consciente ou inconscientemente) por uma variedade de indivíduos e, conseqüentemente, “(re)produzidas, processadas, recebidas e estabilizadas ou transformadas”. Dessa forma, divergindo de Schmidt, Ort, ao sugerir uma historiografia sistemática ampliada, fala de uma “abordagem orientada-para-o-texto”, cuja tarefa seria “interpretar essas construções e seleções (conscientes ou inconscientes) da realidade que se sedimentam em (conjuntos de) textos como construções sociais da realidade de ‘culturas’ passadas, que, embora não representem diretamente ‘a’ realidade do passado, possam ser relacionadas e comparadas com outras construções de realidade – p. ex., aquelas provenientes de fontes não-literárias ou não-textuais” (Ort, 1996, pp. 200-202). É imperativo atentar para a discordância entre Schmidt e Ort neste contexto, pois, para Schmidt, o historiador literário, em momento algum, pode se esquecer de que os textos, de qualquer época, são sempre “um dado à luz de molduras teóricas de um observador específico, isto é, um sistema vivo de cognição”.

As reflexões feitas anteriormente têm como consequência para a história literária a necessidade do esclarecimento mais nítido de que a historiografia é um empreendimento construtivo e não reconstrutivo e a necessidade de explicitação dos princípios construtivos norteadores, o que, segundo Rusch, implica 1) a indicação ou reprodução global, na medida do possível, do material usado de dados e fontes; 2) a explicitação dos modelos específicos ou das teorias empregadas; 3) o esclarecimento dos pressupostos de um controle intersubjetivo e 4) o esclarecimento da possibilidade de reproduzir construções historiográficas e perspectivas para sua crítica produtiva. Essa demanda por uma explicitação rigorosa dos pressupostos e procedimentos tem um efeito regulador significativo, que se revela sob a forma de reserva e cautela nítidas nos casos de relações intuitivas evidentes, assim como nos de ausência ou desenvolvimentos problemáticos de conceitos teóricos.

Tais atitudes acabam ressaltando a necessidade de se historicizar o trabalho e os resultados dos historiadores. Esse procedimento é imprescindível porque, à medida que o processo de conhecimento ocorre no presente, tornar-se-ia explícito o momento datado desta ou daquela concepção de uma história ou historiografia literária. Nos dias atuais, por exemplo, as histórias literárias favorecem a exclusão de modelos teleológicos da história e a noção de atemporalidade da obra, fenômeno que não ocorreria em outra época. A questão da historicização dos resultados vincula-se a outro ponto abordado pelo autor, que diz respeito ao abandono do princípio de completude nas histórias literárias, com suas volumosas “História da literatura X”, em prol de uma concepção das histórias da literatura enquanto exemplos. Atualmente, o que se pretende com uma prática historiográfica ou com uma das possíveis histórias literárias são somente manuais ou livros de textos (Schmidt, 1996).

Dessa forma, como poderia, nessa perspectiva, ser desenvolvida uma diacronologia no campo da historiografia literária?

Uma análise global das ciências em geral mostra que somente as ciências econômicas têm elaborado um programa diacronológico com abrangência, desenvolvendo, testando e melhorando modelos da dinâmica deste sistema (econômico) em níveis macro e microestruturais, assim como sistemas de

indicadores e métodos de prognóstico complexo⁷. De acordo com Rusch, essas abordagens oferecem uma compreensão tanto de nossa realidade social quanto de sua mudança, a partir de uma perspectiva de novas possibilidades, podendo estender-se desde o desenvolvimento de modelos sincrônicos de nossa realidade social até uma diacronologia dos sistemas sociais através do desenvolvimento e do teste de modelos de dinâmica social. A vantagem do modelo proposto para abordagens historiográficas comuns é que estes, além de se desenvolverem no âmbito de metodologias científicas empíricas, prometem a produção de sistemas conceituais com nítida vantagem de orientação no processo de nossa construção de realidade. Essa abordagem, fundada em uma teoria de modelos, pode caracterizar-se, então, como estrutural-funcional. Estrutural porque objetiva a modelação conceitual tanto dos componentes do objeto sob investigação quanto das relações dos componentes entre si. Funcional porque aponta propriedades dinâmicas do campo estruturalmente especificado, tais como dependências de propriedades específicas de componentes particulares de outros componentes etc. A questão, agora, relaciona-se com a preocupação tão obstinada em conceitualizar o campo do objeto a ser investigado. Segundo Rusch,

se conseguirmos conceitualizar o campo do objeto de investigação, a partir de um modelo diferenciável interna e externamente, a partir de componentes finitos, relações e articulações funcionais finitas, obteremos uma unidade sistêmica passível de ser compreendida, ela também, como componente de um sistema mais complexo e de ser caracterizada em suas propriedades relacionais e funcionais em relação àquele sistema conceitual (RUSCH, 1996, p. 161).

Para ele, o objetivo seria conceitualizar ou um tipo de mecanismo ou uma relação determinista que gere representações dos fenômenos observáveis e descritíveis no campo do objeto. Como os modelos permitem constatar a condição processual observada do campo do objeto – a partir da simulação/conceitualização dos processos, desenvolvimentos, transformações etc. – em função de conceitos de relações funcionais recíprocas dos componentes sistêmicos, eles permitem construir prognósticos. Todavia, prognósticos limitados, visto eles não poderem ser mais eficientes do que seus modelos. Em relação à natureza dos prognósticos, é importante ressaltar que esses caracterizam-se enquanto 1) falhos ou totalmente

⁷ Diferentemente da Sociologia, que prosseguiu de forma sincrônica ou historiográfica.

falsos, no caso de surgir modificações no campo do objeto que o modelo em questão não consiga produzir ou que não sejam implementadas como componentes novos ou relações funcionais novas; 2) excessivamente gerais, caso o modelo não ofereça diferenciações suficientes e 3) ineficientes, caso haja diferenciações muito fortes ou caso se considere uma demasiada quantidade de parâmetros. O que importa é encontrar um equilíbrio entre o modelo utilizado e o prognóstico constituído a partir dele. Para sabermos se o prognóstico é adequado, apresenta-se imperativo o conhecimento de nossas necessidades atuais, às quais os prognósticos devem servir: às necessidades atuais da sociedade ou do grupo social a que se destina.

Em uma Ciência da Literatura Empírica, o campo do objeto da formação de modelos corresponderia a textos diferenciados, como poemas, ensaios, romance, dramas etc.; às diversas formas de mediação em que esses textos podem estar inseridos, a saber, manuscrito, artigo de revista, livro, internet, peça de teatro, filme de cinema, televisão e vídeo, conferência etc.; aos diversos instrumentais de produção; às organizações; às instituições e empresas; aos autores; aos leitores profissionais; aos produtores, editores e redatores; aos superintendentes, diretores e críticos; aos agentes e comerciantes; aos leitores/espectadores/ouvintes, que também são compradores/consumidores; e, finalmente, a todas as atividades específicas de produção, transmissão, recepção e processamento, interações e comunicações múltiplas etc.

Porém, ao tentar compreender como todos esses componentes, formadores do sistema social literatura, se articulam, interagem, exercem e sofrem influências, percebem-se suas relações de dependência, de padrões de organização, de estruturas temporais e relações reativas também na esfera da política, da economia, da mecânica de mercado, dos sistemas de mídia e da técnica produtiva e distributiva. Assim,

todos esses componentes, que transformam toda a esfera de fenômenos literários internamente em uma rede, mostram, além do mais, claramente, até que ponto fenômenos literários – nos mais diversos níveis, nas mais diversas formas, e com as mais diversas consequências, ou seja, resultados – articulam-se com esferas extraliterárias (por exemplo, com o sistema político e jurídico, com o sistema educativo e científico, com as ciências econômicas, com outros fenômenos da mídia, com as artes não-literárias, com as condições pessoais da vida das pessoas que participam, direta ou indiretamente, da empresa literária, etc.) (*Ibidem*, p. 164).

Essa constatação relativiza significativamente a idéia da literatura relacionar-se apenas com a esfera da arte; de autonomia da esfera literária das demais esferas da vida social; e, sobretudo, de independência da historiografia literária da esfera social ou de dependência total da mesma. Ao contrário, a perspectiva construtivista deixa clara a necessidade da historiografia literária e da história da literatura antenarem-se em questões mais abrangentes e na relação da esfera literária com outras esferas sociais nas modificações dos processos literários. Se ainda questionarmos as motivações e/ou forças que iniciam ou mantêm os processos literários, que os organizam e modificam, que produzem textos, dando-lhes forma específica e tornando-os objetos desejáveis e possíveis de serem adquiridos, defrontamo-nos com o imenso campo das necessidades ideais e materiais, que são especificamente culturais, sociais e socializantes, assim como com o campo das motivações, dos juízos de valor, dos interesses, dos objetivos e decisões, da ambição, do bem-estar, da identidade pessoal, do reconhecimento social, da orientação para o lucro e das qualidades hedonistas e emocionais relacionadas com processos literários.

Quem apresenta uma reflexão interessante sobre a articulação entre o desenvolvimento da sociedade e o da literatura é o pesquisador C. Ort, que defende uma mudança nas estruturas e funções do sistema social literatura, que deve ser descrita como um “processo interativo multifacetado”, com dimensão microssociológica, intermediária e macrossociológica. Nessa concepção, história literária aparece como uma história complexa de relações entre sistemas, o que evita a suposição de uma correspondência imediata entre a história social da *literatura* e as várias *outras* histórias que a cercam.

Nesse contexto, o aspecto mais problemático da escrita de histórias literárias é a concatenação dos dados em unidades coerentes (períodos, épocas, gêneros etc.). Segundo Schmidt, a construção de tais unidades de nível mais elevado depende basicamente dos conceitos de “literatura”, “história” e de conceitos escolhidos para mediar “literatura” e “sociedade”, que são: causalidade, teleonomia, inovação, mudança, continuidade e descontinuidade, influência, contiguidade, efeito, estrutura e evolução. As questões colocadas são: 1) como os textos ou eventos literários podem ser relacionados para a construção de estruturas tais como períodos ou épocas – as chamadas totalidades comparáveis?; 2) as

histórias deverão ser orientadas sobre textos literários ou sobre autores, tópicos, gêneros, aspectos geográficos etc.?; 3) quais os motivos para mudanças em literatura?; 4) o que seria ou pode ser a dimensão da história literária (regional, nacional ou internacional)?; 5) como podemos avaliar as implicações políticas, ideológicas, poéticas e metodológicas que regulamentam a escrita de uma história da literatura?; 6) quais as relações que deveriam ser consideradas a respeito das histórias literárias: de coerência do evento; comunicacionais complexas; não-intencionais baseadas em processos históricos superpostos ou de densidade temporal diferente? (Schmidt, 1996).

Todas essas questões implicam, além disso, a questão da história literária apresentar-se, também, como instituição política e social, uma vez que sua escrita tem geralmente servido a interesses políticos, normalmente disfarçados como intenções educacionais, culturais ou estéticas, fato que aponta para outro problema: o de uma legitimação aceitável das histórias literárias. Apenas como ilustração do íntimo vínculo entre a legitimação e conceitos e pressupostos de “função da literatura”, “história” etc., seria interessante comparar diferentes legitimações ao longo das histórias de literatura. Para estudiosos que concebem o passado como pré-histórias de seu tempo, por exemplo, a história literária consiste em investigação ou indagação de nós mesmos no passado. Totalmente diferente de historiadores como Michel Foucault, por exemplo, que a legitima como uma arqueologia ou uma historiografia genealógica sem a questão da coesão poder-conhecimento. Outros, que interpretam a literatura como um meio autônomo de conhecimento histórico, como Gumbrecht, concebem a história literária como história das mentalidades. Dessa forma, quantas concepções existirem para literatura e/ou história, quantas concepções serão elaboradas para história da literatura. É preciso que a concepção esteja de acordo com a legitimação para que possa decidir-se, consensualmente, até que ponto tanto uma quanto outra satisfazem necessidades atuais.

Dentro de uma concepção sistêmica da literatura apresento, a seguir, a cartografia realizada nesta pesquisa.